

Renegociação da dívida rural supera primeiro teste

O Plenário aprovou, por unanimidade, parecer favorável à parte jurídica da MP que autoriza a renegociação das dívidas dos produtores rurais.

Página 7

Bentes Corrêa é aprovado para o TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acolheu ontem indicação de Lélcio Bentes Corrêa para o Tribunal Superior do Trabalho.

Página 8

NOTA DA REDAÇÃO

Devido a problemas técnicos, o **Jornal do Senado** circulou nos últimos dois dias em preto-e-branco.

Parentes de vítimas da violência querem proibir venda de armas

■ Familiares de jovens assassinados fazem manifestação, encontram-se com senadores e reivindicam a aprovação de leis que obriguem a sociedade brasileira a se desarmar



PROTESTO. Senadores Hélio Costa e Renan Calheiros comparecem à manifestação de parentes de vítimas das armas de fogo no país

Os 700 pares de sapatos no gramado do Congresso Nacional sintetizaram o protesto dos parentes dos milhares de vítimas das armas

de fogo. Os senadores Hélio Costa e Renan Calheiros, autores de projetos e favoráveis à proibição da venda de armamentos, participaram da manifestação.

Página 3



Senadores defendem a preservação ambiental

Parte da sessão de ontem foi dedicada ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado hoje. Os senadores ressaltaram a necessidade de mais ações efetivas e trabalho de conscientização para preservar os recursos naturais.

Páginas 4 e 5

Aloizio Mercadante, Fátima Cleide e Sibá Machado receberam as reivindicações das lideranças indígenas

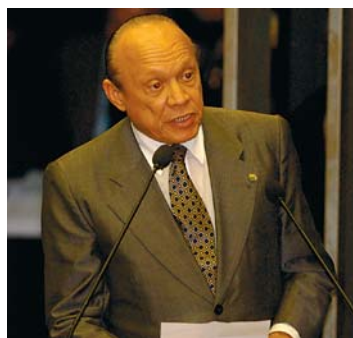
João Alberto quer obras na BR-222

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) comunicou ao Plenário a realização de manifestação popular em Chapadinha, no Maranhão, em protesto contra o estado precário do trecho de 128 quilômetros da rodovia BR-222 entre o município e Itapecuru-Mirim. Liderada pelo vereador Delmar Carneiro (PMDB), a população interditou a estrada.

– A rodovia é de fundamental importância para a vida econômica de ambos os municípios maranhenses e está com um trecho de 128 quilômetros intransitável por falta de conservação e recuperação – afirmou o senador. Ele acrescentou que, para percorrer o trecho, são gastas de quatro a cinco horas devido à situação da estrada.

João Alberto lamentou que a população tenha sido obrigada a se manifestar.

– O Estado precisa ser ágil, antecipar-se e encaminhar providências preventivamente. É preciso evitar que as populações se desgastem, despendam recursos e desanimem, porque isso é dispensável quando o Estado está atento aos problemas e atua com sentido de oportunidade.



PROTESTO. Segundo João Alberto, moradores de Chapadinha interditaram a BR

Agenda



Sarney reúne-se com Lula no Alvorada

O presidente do Senado, José Sarney, encontra-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, às 11h30, no Palácio da Alvorada. Às 13h, Sarney almoça com o comandante da Marinha, almirante Roberto Guimarães Carvalho, e, às 16h, participa da posse de Maurício Corrêa e Nelson Jobim na Presidência e Vice-Presidência do STF.

Medidas provisórias devem ser votadas hoje

Os senadores voltam a discutir hoje, em Plenário, a partir das 14h30, a medida provisória que trata da renegociação das dívidas dos pequenos produ-

tores rurais. Na sessão de ontem, foi aprovada a admissibilidade da proposição, que aguarda a votação de mérito. Também espera deliberação do

Plenário a medida provisória que abre crédito extraordinário para os Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional.

Senadores e deputados debatem turismo

Os presidentes das assembleias legislativas estaduais e os senadores da Subcomissão Temporária de Turismo participam, a partir das 9h30, no Interlegis, de videoconferência

sobre turismo. Deve ser discutido o Plano Nacional de Turismo. O encontro será coordenado pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF), presidente da subcomissão.



CAS discute programa voluntário de vacinação

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), deve discutir, entre outros itens, o projeto que institui o Programa Voluntário de Vacinação (PVV), o



que cria a profissão de agente comunitário e o que permite a movimentação do FGTS para reconstrução da casa própria destruída em acidente grave. A partir das 10h.



Projeto regulamenta controle da Abin

Na pauta da CRE, está o projeto que regulamenta o controle externo da atividade de inteligência, dentro da legislação que criou a Abin. A comissão deve discutir ainda voto de solidariedade, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), à causa que pede atenuação da sentença da nigeriana Amina Lawal, condenada à morte.

Indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia, a partir das 10h, os nomes dos diplomatas Osmar Chohfi e George Ney de Souza para as embaixadas em Andorra e Zâmbia, respectivamente. A comissão deve discutir ainda projeto que trata da prestação de serviço alternativo ao serviço militar obrigatório.

Controvérsias no Mercosul

Às 10h, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul se reúne para discutir, entre outros itens, o Tratado de Olivos, que aborda soluções de controvérsias referentes ao Mercosul. Constam ainda da pauta a nova lista de compromissos específicos do Brasil e assistência jurídica gratuita entre países do Mercosul.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



FISCALIZAÇÃO. Mozarildo pediu a aprovação de projeto que regulamenta a atuação de ONGs

Mozarildo: ação das ONGs deve ser controlada

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) reivindicou a imediata aprovação do projeto de lei que regulamenta a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, por entender que “muitas não são entidades sérias”. Ele citou o caso da ONG The Nature Conservancy, denunciada na imprensa norte-americana por estar “mais interessada em fazer negócios do que em conservar a natureza”.

Mozarildo, presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou a atuação de ONGs no Brasil, assinalou que “a descoberta de fatos estarrecedores” por parte da CPI resultou na elaboração do projeto de regulamentação, que está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Transparência

O senador observou que as ONGs são menos burocráticas do que os governos, o que é bom, “mas são bem menos transparentes”. O governo brasileiro é obrigado a apresentar relatórios sobre seus gastos, estando sob direto controle dos tribunais de contas, comparou, enquanto “as ONGs gastam o dinheiro, muitas vezes oriundo de impostos que a sociedade paga, sem qualquer clareza ou transparência”.

Segundo Mozarildo, denúncias do jornal *The Washington Post* mostram que os dirigentes da The Nature Conservancy teriam recebido grandes empréstimos e descontos em negócios. No Brasil, informou, a ONG atua há 15 anos e tem parceria com oito organizações brasileiras, movimentando cerca de US\$ 5 milhões por ano. A reportagem foi reproduzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



INDIGNAÇÃO. Hélio Costa e Renan Calheiros estiveram presentes ao ato promovido por duas organizações não-governamentais

Manifestação contra violência pede controle de armas de fogo

■ **Parentes de vítimas colocam em frente ao Congresso Nacional sapatos de jovens mortos a bala**

Parentes de vítimas da violência colocaram ontem, no gramado em frente ao Congresso Nacional, 700 pares de sapatos que pertenciam a jovens mortos por armas de fogo. A manifestação foi um alerta para a necessidade de se desarmar a população, diante do aumento de crimes causados pelo fácil acesso a esse tipo de arma. Estiveram presentes

ao ato os senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Relator de três projetos sobre o assunto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Hélio Costa informou ter elaborado substitutivo que prevê a realização de plebiscito para que a população brasileira opine se deseja ou não o controle da venda e da posse de armas de fogo. O senador se disse favorável ao controle de armas, mas lembrou que a questão é muito polêmica e por isso propõe a consulta popular. Hélio Costa afirmou que a sociedade precisa de uma resposta firme do Congresso sobre o problema.

Renan Calheiros, autor de projeto que proíbe a venda de armas de fogo e munição, manifestou otimismo quanto à aprovação da matéria no Senado. Para Renan, manifestações como a realizada ontem chamam atenção para o problema. O senador lembrou que 95% dos crimes envolvendo armas de fogo são praticados por pessoas que se conhecem e, em um momento de raiva, lançam mão da arma que possui.

Com *slogans* como "Desarmar é o primeiro passo", a manifestação foi promovida por duas organizações não-governamentais. A presidente do Comitê Nacional de Vítimas da Violência (Convive), Valéria Ve-

lasco, citou dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal mostrando que, na década de 70, um terço dos crimes em Brasília era cometido com uso de armas de fogo. Hoje esse número cresceu 73% e chega a dois terços do total de crimes.

Gustavo Bambini, representante do Instituto Sou da Paz, informou que o objetivo da manifestação foi chamar a atenção do poder público, agora que a discussão sobre o controle de armas voltou à pauta do Senado. O instituto pretende organizar outra manifestação em que serão expostos sapatos de vítimas de violência de todo o Brasil.

Secretaria divulga nota sobre prisão de fotógrafo

A Secretaria de Comunicação Social do Senado divulgou ontem comunicado à imprensa a respeito da prisão de um fotógrafo durante a manifestação ocorrida em frente ao Congresso Nacional. A íntegra da nota é a seguinte:

"A propósito de incidentes

ocorridos na manhã desta quarta-feira (*ontem*), na área externa do Congresso Nacional, e que resultaram na prisão de um fotógrafo, esclarecemos que não houve, naquele episódio, o envolvimento direto de funcionários do Senado, mas sim da Polícia Militar do Distri-

to Federal, a quem incumbe a guarda dos prédios da Esplanada.

"Um grupo de militantes do Greenpeace forçou o acesso à cúpula do Senado, área em que é restrita a circulação. Esse foi o motivo da ação da PM, que resolveu deter o fotógrafo por

desacato.

A Secretaria de Comunicação Social do Senado procurou, em seguida, interceder no sentido de que o profissional detido fosse logo liberado, naturalmente sem prejuízo da apuração de responsabilidades que o caso requer."

Borges propõe uso das Forças Armadas

Projeto de lei apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA) estabelece que as Forças Armadas poderão cooperar com órgãos federais ou coordenar operações na repressão ao crime organizado, principalmente tráfico de armas e drogas, nas fronteiras e no espaço aéreo e marítimo. A proposta foi encaminhada ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O senador pela Bahia argumenta que, ao utilizar "suas características e aptidões próprias no combate do crime organizado", as Forças Armadas não estarão se afastando de sua destinação constitucional.

A ajuda das três Forças seria extremamente útil, principalmente porque o país é carente de recursos, observa o parlamentar.

– Esse emprego das Forças Armadas, ao contrário de desviá-las de sua missão constitucional, contribuiria de forma inestimável para o seu preparo e adestramento operacional – justifica.

Pelas atribuições que desenvolve, o senador César Borges avalia que a Aeronáutica seria a organização mais preparada para interceptar, apreender ou até mesmo destruir aeronaves utilizadas pelo crime organizado. Já a Marinha e o Exército, segundo ele, estariam mais aptos para exercer as novas funções nas áreas marítimo-portuárias e fronteiriças.



PREPARO. César Borges diz que proposta não fere a destinação das três Armas



Para defender o ambiente, hoje é preciso mais ação do que conscientização, disse Sibá Machado. Aelton Freitas registrou iniciativas do Ibama para prevenir danos ambientais; Pedro Simon pediu mais fiscalização; Antonio Carlos Valadares chamou atenção para os recursos hídricos; e Renan Calheiros ressaltou a criação do Parque Nacional da Foz do São Francisco.

Senado comemora o Dia do Meio Ambiente

Por iniciativa do senador Sibá Machado, o Senado dedicou parte da sessão de ontem para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, que transcorre hoje. Com a presença de autoridades da área, diversos parlamentares se pronunciaram sobre a necessidade de preservação ambiental, as políticas públicas e a conscientização da sociedade a respeito do tema. Ao final, na presidência da sessão, o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), registrou que os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC),



Genaldo Magela

Eduardo Suplicy (PT-SP), João Capiberibe (PSB-AP), Serys Slhessarenko (PT-MT), Fátima Cleide (PT-RO), Aloizio Mercadante (PT-SP), Magno Malta (PL-ES), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Papaléo Paes (PMDB-AP) também se inscreveram para a homenagem, mas a exigüidade do tempo não permitiu que todos falassem. Alguns manifestaram-se em apartes, como Suplicy e Valdir Raupp; ainda fizeram apartes Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Tião Viana (PT-AC).

SIBÁ MACHADO



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Mais do que consciência, é preciso ação

O senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que, mais do que conscientização, é preciso ação para defender o meio ambiente no país. A situação ambiental não deve mais ser tratada como fato isolado, mas encarada como problema econômico e social, que pode representar sobrevivência e qualidade de vida para grandes contingentes de brasileiros, observou.

Segundo Sibá, o desenvolvimento da Amazônia requer intervenção urgente do Estado no ordenamento territorial e fundiário, implicando negociação de conflitos e construção de pactos sobre a destinação de espaços à luz dos princípios de desenvolvimento sustentável.

Para ele, o governo do PT fará uma política de meio ambiente rumo a um projeto de desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

AELTON FREITAS

Brasil já não se omite quanto ao ambiente

O senador Aelton Freitas (PL-MG) disse que o Brasil não mais se omite em relação ao meio ambiente. Ele frisou que, passados apenas dois meses da contaminação dos Rios Pomba e Paraíba do Sul pelos dejetos industriais da Indústria Caturama de Papel, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) anunciou um sistema de monitoramento ininterrupto para prevenção de queimadas e vazamentos.

Para o senador, a população está mais consciente da importância do meio ambiente, mas é fundamental que o governo tenha na política ambiental "uma verdadeira prioridade". Ele saudou o anúncio, a ser feito ainda esta semana pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, da realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente.



PEDRO SIMON



Governo deve fazer cumprir a legislação

Ao se pronunciar na comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao governo que faça cumprir a legislação ambiental existente. Ele defendeu uma fiscalização mais rigorosa por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

– Se o Ibama não possui fiscais em número suficiente, é preciso contratá-los e dar a eles a infra-estrutura necessária para o bom andamento do trabalho – afirmou Simon.

O senador também insistiu que o governo combata e acabe com o tráfico de animais e de madeiras raras e coíba as queimadas. Ele informou que, se o Estado se omitir nessas questões, fornecerá argumentos aos países desenvolvidos que ambicionam retirar a Amazônia do território brasileiro.

VALADARES

Recursos hídricos da Amazônia exigem cuidado

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou para a importância de o Brasil tomar cuidado ao utilizar o potencial hídrico da Amazônia, sob pena de colocar em risco também a floresta, com conseqüências para o clima do planeta. Ele frisou que o país precisa preservar seus mananciais, evitando, o quanto possível, grandes obras que possam influir na destruição do ecossistema.

– A degradação do ambiente é principalmente uma obra do homem, muitas vezes levado pela necessidade de empreendimentos estruturantes, visando ao desenvolvimento. É o caso das hidrelétricas e represas que atendem aos reclamos da energia e da irrigação – disse.

Segundo Valadares, a gestão sustentável dos recursos hídricos depende, inicialmente, do próprio reconhecimento social de sua importância.



RENAN CALHEIROS



Foz do Velho Chico pode ter parque nacional

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) manifestou apoio a proposta do gerente-executivo do Ibama em Alagoas, Fernando Soares da Silva, de criação do Parque Nacional da Foz do São Francisco. "Seria uma forma de convergirmos para a revitalização do Velho Chico", afirmou.

Para Renan, a proposta reúne duas áreas oficialmente protegidas, a partir da nascente do São Francisco, com o Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais. O projeto permitiria preencher a ausência de parques nacionais em Alagoas e Sergipe.

Ele informou que está verificando a possibilidade de viabilização do parque via projeto no Congresso, e que manterá contato com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para saber da possibilidade de criação por decreto federal.

Lideranças indígenas visitaram senadores e pediram voto contra emenda constitucional que fixa limites para a demarcação de reservas nos estados. Também ontem, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, foi instalada a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável, com a promessa de defender as sugestões da Agenda 21.



Governo é contra limite para reservas indígenas

Aloizio Mercadante afirma a líderes de quatro nações que emenda constitucional não deve ser aprovada

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ontem, em encontro com lideranças indígenas, que o Executivo não apóia a proposta de emenda à Constituição (PEC) que fixa limite para a demarcação de terras indígenas e ambientais nos estados. De au-

toria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), a PEC não deve ser aprovada pelo Plenário, segundo Mercadante. Os senadores Sibá Machado (PT-AC), Fátima Cleide (PT-RO) e João Capiberibe (PSB-AP) também estiveram presentes no encontro.

A reunião com os parlamentares foi uma iniciativa dos próprios índios. Eles reivindicaram a rejeição da proposta de Mozarildo, pediram a aprovação do Estatuto do Índio, a liberação de recursos para a Fundação Nacional do Índio (Funai)

e a substituição de alguns de seus dirigentes que, segundo eles, não têm compromisso com a causa indígena.

Pauta

Mercadante afirmou que, embora tramite há 12 anos no Congresso, o Estatuto do Índio não está na pauta no momento, mas garantiu que nada será decidido contra os povos indígenas.

Na visita ao Senado estiveram lideranças indígenas de várias nações, como os kaiapós e os xavantes de Mato Grosso, os maxakalis de Minas Gerais e os pankararus de Pernambuco.

Waldemar Rodrigues



INSTALAÇÃO. O senador Romeu Tuma fala no lançamento da frente parlamentar, presidida pela senadora Serys Slhessarenko (C)

Frente parlamentar vai defender a Agenda 21

Em comemoração pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, foi criada ontem a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável. De acordo com a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente da frente, a idéia é colocar em prática o que foi definido na Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida há 11 anos no Rio de Janeiro. A solenidade de instalação da frente foi realizada na Câmara dos Deputados.

Na Rio-92, foi definida a Agenda 21 global, com uma série de compromissos então assumidos pelas nações participantes. Segundo Serys, a fren-

te parlamentar apoiará as Agendas 21 locais, implantando uma política ambiental centrada na proteção de recursos naturais nos estados e municípios brasileiros.

– Acreditamos que, com o envolvimento de prefeitos e vereadores, realizaremos um salto de qualidade na questão da preservação do meio ambiente – disse a parlamentar.

Na instalação da frente, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, entregou ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a agenda positiva de sua pasta. O documento reúne as prioridades do ministério, a serem analisadas pelo Poder Legislativo.

Márcia Kalline



REIVINDICAÇÕES. Indígenas estiveram com Mercadante, Fátima Cleide, Sibá Machado e Capiberibe

Azeredo pede união em defesa da natureza

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fez ontem um apelo às autoridades e a toda a sociedade brasileira para que se promova uma ampla união de esforços para a salvação do planeta.

– A proteção ao meio ambiente depende, no mais das vezes, de vontade política, e a introdução de mudanças tecnológicas é, quase sempre, capaz de produzir efeitos muito positivos – disse o senador.

Azeredo, que durante o período em que foi governador de Minas Gerais (1995/99) implantou o chamado ICMS eco-

lógico – isto é, a repartição desse imposto passou a levar em conta critérios ecológicos –, comemorou o fato de que, nos últimos anos, a preocupação com o ambiente natural tenha deixado de ser restrita a um pequeno número de pessoas, apontadas como alarmistas pelo senso comum, tornando-se uma inquietação popular. Na avaliação do senador, houve avanço considerável na cultura ambiental.

O senador se disse preocupado com a decisão do governo federal de contingenciar as verbas destinadas aos municípios



Genaldo Magalhães

SOLUÇÃO. Quando governador de Minas Gerais, Azeredo implantou o ICMS ecológico

da Bacia do Rio São Francisco. Segundo ele, é indispensável investir em saneamento, para evitar que o despejo de afluentes não tratados comprometa a qualidade das águas.

Arns sugere destruição de pneus usados

O senador Flávio Arns (PT-PR) propôs que empresas importadoras de pneus usados comprovem junto ao órgão federal competente, antes do embarque do produto nos portos de origem, que destruíram de forma ambientalmente adequada dez pneus inservíveis para cada um importado.

No caso de fabricantes de pneus novos, o senador quer que as empresas recolham e destruam um pneu inservível para cada um colocado no mercado nacional. A proposta tramita em caráter terminativo



José Luiz

CONTRAPARTIDA. Arns quer destruição de dez pneus usados para cada produto importado

na Comissão de Assuntos Sociais e determina que os importadores de carcaça de pneu usado também terão de destruir um produto inservível para cada estrutura importada.



ANIVERSÁRIO. Presidente da Fundação Palmares quer a presença de Sarney na comemoração dos 15 anos da entidade

Sarney convidado para ato da Fundação Palmares

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Araújo, que o convidou para as comemorações dos 15 anos da entidade. A fundação foi criada por Sarney quando ocupava a Presidência da República (1985-1990), com o objetivo de apoiar ações visando ampliar a integração da comunidade ne-

gra na sociedade.

Ubiratan Araújo informou que a solenidade principal será realizada no Senado, sob a presidência de Sarney, em dia ainda a ser marcado, durante o mês de agosto.

O senador José Sarney também recebeu em seu gabinete ontem, para uma visita de cortesia, o governador de Sergipe, João Alves (PFL).

Pavan pede que ministro receba filha de Garrincha

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) solicitou ao líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que interceda junto ao ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, para que este receba a filha do falecido jogador de futebol Manoel Francisco dos Santos – o Mané Garrincha –, chamada Denise. O parlamentar afirmou ter sido procurado por desportistas que lhe pediram que ela fosse recebida pelo ministro.

Segundo o senador, Denise permaneceu por três dias em Brasília tentando ser recebida por Agnelo Queiroz, mas não teve sucesso. A filha de Garrincha foi tema de recentes reportagens na televisão que mostraram as dificuldades financeiras pelas quais ela tem passado.



LEGADO. Leonel Pavan lembrou as alegrias e glórias proporcionadas por Garrincha

– Todos sabemos quantas alegrias nos deu Garrincha, quantas glórias e vitórias ele deu ao Brasil – afirmou Pavan.

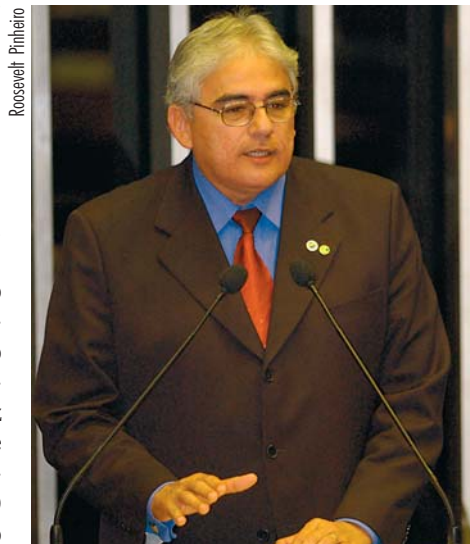
O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou sua solidariedade à solicitação formulada por Pavan.

Governo demonstra falta de unidade, afirma Efraim

■ Líder da oposição teme crise de governabilidade a partir das críticas do vice José Alencar

Em discurso pronunciado em Plenário na condição de líder da minoria oposicionista, o senador Efraim Morais (PFL-PB) acusou o governo Luiz Inácio Lula da Silva de falta de juízo, de coerência e de unidade no discurso econômico. "O governo se elegeu acenando com um mundo melhor, mas, até aqui, passado um semestre desde a posse, apenas agravou o quadro preexistente", disse Efraim Morais.

O senador afirmou que há um "cisma" na base governista, o que é uma ameaça à governabilidade. "É inconcebível lidar com um governo esquizofrênico, que é ao mesmo tempo governo e oposição a si mesmo", acrescentou.



INCOERÊNCIA. Segundo Efraim Morais, o governo faz oposição a si mesmo

O líder da oposição observou também que o vice-presidente José Alencar, como presidente em exercício, "o que é ainda mais grave", voltou a dirigir "impropérios" à política monetária do Banco Central, e na condição de principal mandatário do país, já que o presidente Lula da Silva estava em via-

gem ao exterior.

Para Efraim Morais, há um tom "insurrecional" nos pronunciamentos do vice-presidente, o que pode levar a uma crise de governabilidade, embora ele próprio, pessoalmente, concorde com o que vem dizendo José Alencar. "Estranho os impropérios contra a política econômica. Se se tratasse apenas de uma arenga partidária ou de uma desavença palaciana, de circunstância, não estaria aqui na tribuna, como líder da oposição. Mas o que está em jogo, na verdade, é a governabilidade", salientou Efraim.

– Não se vê nada semelhante no país desde o governo Figueiredo, com a rebelião do vice-presidente Aureliano Chaves em relação ao processo sucessório. Mas era um caso diferente, legítimo, o fim de um ciclo – acrescentou o senador.

Senadores debatem atuação de José Alencar

Em aparte ao pronunciamento do líder da oposição, Efraim Morais, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que não há crise de governabilidade e que Lula e o vice José Alencar teriam ontem mesmo uma boa e esclarecedora conversa.

Também em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que o governo "está batendo cabeça", "não se entende". Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou que "feliz é o presidente que tem um vice como José Alencar". Segundo ele, vice tão bom só mesmo Marco Maciel, mas com a diferença de que era um experimentado parlamentar,



BOA CONVERSA. Suplicy previu que Lula e Alencar esclareceriam posições

enquanto José Alencar, um empresário vitorioso, tem menos vivência política.

O senador Hélio Costa

(PMDB-MG) defendeu José Alencar e disse que não há "tom insurrecional" em suas declarações. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também defendeu o vice, e o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que Alencar, a quem respeita muito, apequena a Vice-Presidência ao dizer que fala em nome dos empresários. "O papel do vice é muito maior", salientou.

Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) protestaram contra a ocupação, pelos líderes, de todo o tempo destinado aos oradores, e Garibaldi defendeu o vice José Alencar.

Jonas relata viagem do governador por área carente de Mato Grosso

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou que o governador de seu estado, Blairo Maggi, fez uma viagem de seis dias pela região mais carente de Mato Grosso, "uma viagem em que a tônica foi a esperança e o entusiasmo", segundo afirmou. Jonas lembrou que a

principal promessa de campanha do governador é triplicar o tamanho da economia do estado em dez anos.

O governador formou uma comitiva de sete secretários de estado, três deputados estaduais, dois deputados federais e vários prefeitos e empresários.

A comitiva iniciou a viagem por Cuiabá, seguindo pela BR-163 até a fronteira com o Pará, em Tapajós; seguiu pela antiga BR-080 até o Xingu, prosseguindo pela BR-158, até atingir novamente a fronteira com o Pará, na região de Carajás, tomando depois a MT-100, em Barra do

Garças, no Alto Araguaia.

O grupo percorreu 2.300 quilômetros, as sedes dos municípios foram visitadas e, segundo Jonas Pinheiro, identificaram-se as vocações e necessidades da região para que o governo inicie projetos de desenvolvimento.



Célio Azeredo

Trabalho infantil na mira de Camata

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) irá representar o Brasil na 91ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde apresentará projeto que proíbe o governo e os órgãos públicos brasileiros de negociar com empresas e propriedades agrícolas que explorem mão-de-obra de menores de idade. Aluta contra o trabalho infantil é o desta que conferência



Gerson Camata vai a conferência internacional

neste ano.

– Estou levando o projeto, já traduzido em todas as línguas, pois há o interesse até mesmo da Organização das Nações Unidas em cada vez mais diminuir o peso sobre o trabalho infantil – disse o parlamentar.

Segundo dados da OIT, cerca de 179 milhões de menores de 18 anos são vítimas de alguma forma de exploração de mão-de-obra. Ao todo, 132 países, entre eles o Brasil, assinaram tratado da organização pela eliminação do trabalho infantil.

Luiz Otávio: Belém espera Eletronorte

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, projeto do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) que determina a transferência da sede das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) de Brasília (DF) para Belém (PA). De acordo com o parlamentar, a empresa concentra 70% dos seus ativos no estado do Pará e é genuinamente do Norte, não havendo razão para mantê-la na capital federal.

Luiz Otávio diz que fazia sentido a Eletronorte ter sede em Brasília quando foi criada, em 1973, pois o país estava passando por um regime eminentemente centralizador. Além disso, o setor elétrico era quase exclusivamente estatal.

– Hoje em dia, as circunstâncias são muito diferentes – observa Luiz Otávio.

Pequeno agricultor deve ter dívida renegociada

Projeto de conversão da medida provisória pode ser votado hoje pelo Plenário do Senado

O Plenário iniciou ontem a votação do projeto de conversão da Medida Provisória nº 114/2003, que autoriza os bancos a renegociarem dívidas de pequenos agricultores. Foi aprovado por unanimidade o parecer favorável à parte jurídica do projeto de conversão apresentado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). O conteúdo da proposta será votado hoje se houver acordo partidário.

– Esta medida provisória já foi modificada uma vez no Senado e outra na Câmara. No começo, beneficiava apenas 380 mil pequenos agricultores e agora já atende a mais de 825 mil – informou Ideli Salvatti.

Enquanto não for votado o mérito do projeto de conversão, a pauta de votação de outros projetos continuará trancada no Senado.

O maior impasse em torno do projeto de conversão se refere ao valor dos financiamentos que terão direito a descontos durante a renegociação. O projeto já aprovado na Câmara



ABRANGÊNCIA. Ideli Salvatti lembra que medida já beneficia 825 mil

ra estabelece no geral que poderão ser renegociados financiamentos de até R\$ 35 mil, mas os descontos e juros baixos só valem para os primeiros R\$ 15 mil do empréstimo. O projeto de conversão trata de quatro tipos de financiamento, que incluem assentados da reforma agrária, agricultores familiares e míni e pequenos produtores. Dependendo da origem do dinheiro do financiamento (Tesouro, fundos constitucionais, Fundo de Amparo ao Trabalhador, reforma agrária), o tratamento é diferente.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) insiste que sejam da-

dos descontos e juros baixos para todos os empréstimos de até R\$ 35 mil.

Os assentados da reforma agrária poderão ter abatimento de até 90% se pagarem a dívida de uma vez. Se não tiverem condições de aproveitar o desconto, poderão alongar sua dívida para pagamento em 18 anos, com juros de apenas 1,15% ao ano. E mesmo no alongamento, o assentado poderá receber um bônus de até 70% se não atrasar o pagamento de suas parcelas.

Os financiamentos dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), conforme o projeto de conversão, podem ter até dez anos para pagamento, com juros de 3% a 4% ao ano e desconto de 8,8% no saldo devedor nas operações de investimento. Se as parcelas forem pagas em dia, o desconto irá variar de 20% a 70% (maior para pequenos agricultores do semi-árido do Nordeste e norte do Espírito Santo). Existem emendas estendendo o desconto de 70% para todas as regiões.

Virgílio quer manter atribuições do Senado

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem que a proposta de reforma tributária retira poderes do Senado Federal. Segundo o líder do PSDB, o texto enviado ao Congresso pelo governo elimina a competência do Senado de estabelecer as alíquotas máximas e mínimas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Arthur Virgílio apontou ainda outros dispositivos da reforma que significariam diminuição das atribuições do Senado. Seria retirada a competência para estabelecer a alíquota máxima do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação. Além disso, permitiria a um terço dos governadores propor resolução ao Senado para o estabelecimento das

alíquotas das operações interestaduais. A prerrogativa hoje cabe a um terço dos senadores e ao presidente da República.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), garantiu que o Executivo não pretende reduzir as prerrogativas do Senado.

José Agripino (RN), líder do PFL, citou a possibilidade de, na prática, as alíquotas virem a ser fixadas por um conselho, externo ao Congresso.

Medidas provisórias

Arthur Virgílio comentou ainda as regras de tramitação de medidas provisórias (MPs), que, segundo ele, também colocam em cheque as prerrogativas do Senado. As regras determinam que as MPs iniciem sempre a tramitação pela Câmara dos Deputados e, depois



ALERTA. Arthur Virgílio critica pontos da proposta de reforma tributária

de analisadas pelo Senado, voltem para lá. Esse dispositivo, na avaliação do Arthur Virgílio, acaba com o caráter de Casa revisora que deve ter o Senado.

O problema levantado pelo senador gerou manifestações a favor da mudança nas regras de tramitação das MPs. Além de Aloizio Mercadante, o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), o líder do PT, Tião Viana (AC), e Sérgio Guerra (PSDB-PE) defenderam alterações.



DESENVOLVIMENTO. Garibaldi destaca importância de nova refinaria da Petrobras

Nordeste conta com a refinaria, diz Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que o Rio Grande do Norte está em plenas condições de sediar a refinaria de petróleo prometida pelo governo para ser implantada, possivelmente, no Nordeste. Ao comentar a audiência pública com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, promovida na última terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador observou que é preciso considerar a opinião da ministra, de que a região pode efetivamente ter esse investimento como forma de desconcentração do desenvolvimento.

– Estamos atentos e queremos a refinaria. Não se trata de querer por querer. Queremos porque sabemos da sua importância e sabemos que uma refinaria como essa traz, de imediato, 600 empregos diretos, fora o pólo petroquímico que se instala ao seu redor – explicou Garibaldi.

Para o senador, os estados nordestinos poderão procurar parceiros da iniciativa privada para obter os investimentos necessários à instalação da refinaria. Ele recordou que o Rio Grande do Norte tem um pólo industrial da Petrobras, sediado em Guamaré, que produz, por meio do aproveitamento do gás, óleo diesel e querosene de aviação. Com a refinaria, acrescentou, seriam abertas várias possibilidades de investimento. Informou ainda que o estado produz atualmente 100 mil barris de petróleo por dia.

Segundo a ministra de Minas e Energia, a construção da nova refinaria deverá custar US\$ 2,8 bilhões, e a decisão do governo sobre o local do empreendimento dependerá de questões políticas, mas também de critérios técnicos.

Senado discute atendimento a paciente renal

A questão do reajuste da remuneração que as clínicas particulares recebem do Sistema Único de Saúde (SUS) para atender pacientes renais dominou os debates durante a reunião que a Subcomissão Temporária da Saúde realizou ontem à noite. O secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla, convidado a participar, não compareceu. O presidente da subcomissão, senador Papaléo Paes (PMDB-AP), concordou que as clínicas que recebem os pacientes renais não atendidos pelo setor público estão com sua remuneração defasada.

O membro da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Rui Barata, confirmou que a remuneração das clínicas está defasada mas lembrou que apenas o reajuste não seria suficiente. Ele explicou que o sistema de atendimento tem várias distorções, entre elas a falta de um planejamento estratégico capaz de enfrentar o problema. Segundo Barata, reajustar as tabelas proporcionaria apenas que o atendimento não fosse interrompido. Ele cobrou a criação de um departamento próprio para as doenças renais no Ministério da Saúde e investimentos no tratamento precoce da doença.

Desabafo

Durante sua participação, e em tom de desabafo, o presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco, José Carlos de Queiroga Maciel, repudiou declarações veiculadas pela imprensa atribuídas ao secretário Jorge Solla, de que os doentes renais estariam sendo manipulados pelas indústrias e clínicas de hemodiálise quando defendem o reajuste do valor pago.

– Nós não estamos lutando por lucros para as indústrias ou clínicas de hemodiálise, mas pela garantia de nossas vidas. Como paciente renal, exijo respeito – afirmou Queiroga.

Também participaram da audiência pública a gerente-geral de tecnologia em serviços de saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Flávia de Freitas de Paula, e o presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, regional Pernambuco, Arthur Tavares.



CREDIBILIDADE. Bentes Corrêa (E) defende intensificação do diálogo do Judiciário com a sociedade

CCJ aprova indicação de Bentes Corrêa para o TST

■ Após sabatina, indicado para vaga aberta com a saída de Wagner Pimenta teve apoio unânime

Em votação secreta e por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem relatório do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), favorável à indicação do subprocurador-geral do Trabalho, Lélcio Bentes Corrêa, para ocupar o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O parecer da comissão vai para o Plenário, onde orientará a decisão final dos senadores. Caso tenha seu nome aprovado pelo Senado, o indicado irá ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Wagner Pimenta.

– A proximidade do indicado com as questões de direitos

humanos, notadamente o trabalho escravo e infantil, revela uma marcha para a frente ao movimento de concretização dos direitos humanos nos tribunais superiores e, para a Justiça do Trabalho, um atendimento efetivo aos direitos sociais – afirmou Valadares.

A sabatina contou com a presença do presidente do TST, Francisco Fausto. Em sua exposição, o indicado destacou que sua proximidade com a sociedade civil, por meio da participação em fóruns como o de combate ao trabalho infantil, faz com que defenda a necessidade de intensificar o diálogo da Justiça com a sociedade, de forma a aumentar a credibilidade do Judiciário.

Bentes Corrêa concordou com o senador Demostenes Torres (PFL-GO) sobre a necessidade de evolução da Justiça do Trabalho para analisar pedidos de compensação por danos materiais e morais decorrentes

de acidentes de trabalho.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) mostrou-se preocupada com o nepotismo no Judiciário. O indicado chamou de "inovadora" a proposta citada pela senadora de adoção de mandatos para ministros dos tribunais superiores.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a simplificação processual e a democratização do acesso ao Judiciário, lembrando que 70% da população brasileira não têm acesso à Justiça.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), elogiou o cuidado do presidente da República com os nomes escolhidos para os tribunais superiores. Sérgio Cabral (PMDB-RJ) considerou a indicação de Bentes Corrêa uma demonstração de compromisso com o trabalho e a cidadania. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) manifestou fé na capacidade do indicado.

ACM quer ouvir autoridades sobre a reforma

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), requerimento para que os presidentes dos tribunais superiores, dos tribunais de Justiça dos estados e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assim como o procurador-geral da República, sejam convidados a discutir a reforma do Judiciário na CCJ.

– Não é possível que posterguemos, inexplicavelmente, a discussão e a decisão sobre essa matéria. A presença dessas autoridades será valiosa



CONTRIBUIÇÃO. Antonio Carlos acha que convidados poderão ajudar a aperfeiçoar projeto

contribuição ao trabalho da CCJ, pois trarão esclarecimentos sobre pontos da reforma

que, na ótica das instituições que dirigem, podem ser aperfeiçoados para conferir maior agilidade ao Judiciário – disse.

Para o senador, o aperfeiçoamento do Poder Judiciário é importante para dar um fim ao clima de insegurança no país. "Nunca é demais reconhecer que as causas da violência e da insegurança são muitas e de alta complexidade. Agilizar a aprovação da reforma contribuirá para resolvê-las. Manter o assunto em compasso de espera contribui para o agravamento do quadro atual", justificou Antonio Carlos.

Deficientes reivindicam inclusão social

Representantes das entidades que reúnem pessoas portadoras de deficiência física e mental reivindicaram, em audiência pública realizada ontem pela Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, que lhes seja assegurada a inclusão social. Os palestrantes apontaram ações e medidas que podem contribuir para esse objetivo e as que atrapalham e impedem a sua realização.

Participaram da audiência a vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade), Ivana de Siqueira; a presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, Lizair de Moraes; a coordenadora da Coordenadoria Nacional da Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Izabel Maior; e os representantes da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, Lúcia Severo; da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, Regina Barata; e da Federação Nacional da Síndrome de Down, Antonio Carlos Sestaro.

O presidente da subcomissão, senador Flávio Arns (PT-PR), destacou a importância da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a apresentação de uma emenda que destine recursos para a área social do governo.

Quando viu a pilha de projetos de lei em tramitação no Senado que tratam de questões dos deficientes, Regina Barata disse ter levado um susto ao saber que tanta legislação tramita sem que as entidades de pessoas portadoras de deficiência tenham conhecimento.

– Para nós ainda não está bom. Temos todo o tempo para analisar e contribuir para esse debate e evitar leis que muitas vezes trazem prejuízos – frisou.

Izabel Maior disse que a comunidade é contra o projeto da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) que cria cotas na rede de ensino para pessoas portadoras de deficiência. Em relação ao Estatuto do Deficiente Físico, Izabel considerou que pode ser "muito mais avançado". Acrescentou que é preciso garantir no Plano Plurianual a inclusão social dos deficientes.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi